Barnen, Rädda. Les enfants, la violence et les mass-media. *Éduc. et Dévelop.*, Paris, *16* (137): 4-12, nov./déc. 1974.

Trata-se da síntese de um documento apresentado às autoridades educacionais francesas referente à influência, sobre a violência infanto-juvenil, resultante das apresentações de cenas violentas pelos veículos de comunicação de massa, focalizando especialmente a televisão.

Com poucas exceções, a manifestação da violência física e psicológica é um fenômeno universal no tempo e no espaço. Pode por vezes apresentar aspectos positivos, mas apresenta muito freqüentemente formas indesejáveis. Os estudos mostram, entretanto, alterações dos motivos que levam à violência à medida do progresso da industrialização. Nas sociedades antigas, baseadas na família e na comunidade, a violência individual era geralmente motivada por necessidades materiais ou pelo desejo de vantagens; a violência coletiva se manifestava por meio de revoltas, guerras etc. A industrialização levou entretanto à decomposição dos grupos sociais estabelecidos. A violência individual se mostra cada vez menos ligada às vantagens naturais, surgindo a preocupação atual sobre nossa "sociedade de violência" e sobre a incapacidade de a sociedade em compreender tais explosões. Isto a levou a estudar suas causas, entre elas os conflitos dos meios de comunicação em massa, traduzidos especialmente, como já foi dito, pela televisão, a de maior influência na mente das crianças e dos jovens.

O assunto tem sido objeto de estudos desde 1930, havendo opiniões segundo as quais a exibição de cenas de violência representa um perigo para os

jovens, pelos exemplos que aparecem até mesmo na propaganda comercial, enquanto que outros pensam, que tais exibições constituem uma espécie de catarse que alivia um indivíduo de suas tendências agressivas. Embora possa haver certo grau de verdade em ambas as opiniões, não há dúvida de que, sob o ponto de vista global, as pesquisas atuais confirmam os efeitos nefastos da exibição de cenas violentas durante períodos prolongados.

Depois da análise do problema sob diversas de suas facetas, conclui o trabalho dizendo que não seria evidentemente possível eliminar a violência pela simples supressão dos programas de televisão, mas que é repreensível permitir aos meios de comunicação de massa perpetuar e exacerbar a violência "improdutiva" inerente à sociedade.

Comentários do autor do resumo. Este artigo é seguido por outro em que Michäel Salzer aborda o mesmo tema em relação ao que se passa na Suécia. Em nosso país, o problema é agravado pelas diferenças de rendimentos existentes entre as classes sociais, o que leva muitas famílias pobres a abandonar os filhos ou, não tendo como sustentá-los, a largá-los nas ruas para que se "virem" como puderem. Daí a existência dos "pivetes" que se iniciam na escola do crime para se tornarem depois perigosos assaltantes. Pode-se acrescentar que a explosão demográfica, ainda incontrolada de modo adequado, que lança anualmente no Brasil mais de três milhões de crianças oriundas sobretudo das classes carentes de recursos financeiros, é um dos fatores mais atuantes para a violência existente entre nós.

O.M.

Biaggio, Angela M. B. O impacto da televisão sobre o desenvolvimento da criança. *Arq. bras. Psic.* Rio de Janeiro, *31* (1): 21-35, jan./mar. 1979.

O artigo descreve com bastante detalhes grande número de estudos e pesquisas realizados em diversos países (sobretudo nos EUA, no Brasil e na Índia), relativos ao desenvolvimento da televisão, à audiência por ela atraída (com discriminação entre idades, raças e classes sociais). Refere-se não somente aos programas propriamente ditos, como aos anúncios entre eles intercalados. Como ponto de referência, uma pesquisa brasileira indicou, *grosso modo*, que em média as crianças levam pouco mais de dez horas por semana assistindo aos programas de televisão.

O ponto focal realmente estudado diz respeito às influências positivas ou negativas que resultam da televisão quanto ao comportamento das crianças.

O primeiro tópico estudado trata do impacto que os assuntos contendo cenas de violência exercem sobre a agressividade das crianças em relação a seus companheiros.

Quanto à televisão educativa faz-se distinção entre o que se refere à aquisição de conhecimentos e à de comportamentos socialmente desejáveis, como as demonstrações de afeto, os auxílios prestados a colegas, ou à tolerância em relação às divergências que freqüentemente se apresentam.

É sem dúvida muito difícil *quantificar* de modo genérico todas as influências que a televisão exerce sobre seu auditório infantil ou juvenil, mas todas as pesquisas realizadas indicam que, em maior ou menor grau, tais influências se manifestam no sentido indicado acima. É de assinalar, quanto aos programas educativos, que a aquisição de conhecimentos se revela de modo mais nítido que sua influência sobre os comportamentos sociais desejáveis.

Conclui a autora dizendo que a televisão em si não é boa nem má: o que importa é a mensagem apresentada às crianças, que tanto podem produzir efeitos deletérios, como efeitos positivos do ponto de vista cognitivo ou pró-social.

A bibliografia apresentada contém 35 referências, predominantemente de autores estrangeiros.

Nota: O título inicial da revista que publica o artigo acima resumido foi o de *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, substituído 20 anos depois pelo de *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Ao completar 30 anos de existência ininterrupta e a partir do nº 1 de seu volume 31, passa agora a denominar-se simplesmente *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.

O.M.

Candau, Vera Maria Ferrão. Tecnologia educacional: concepções e desafios. *Cad. de Pesq.*, São Paulo, (28): 61-6, mar. 1979.

Propõe-se o artigo a analisar diferentes conceitos sobre o que seja tecnologia educacional, quais as conseqüências que decorrem de tais conceitos, bem como as formas diversas que sua utilização pode assumir nos países em desenvolvimento.

Para abordar o problema é necessário partir de uma definição das relações existentes entre a tecnologia educacional e a educação. Se há posições intermediárias, alguns encaram a educação como simples matéria a sofrer um tratamento tecnológico, enquanto no outro extremo outros consideram que é a tecnologia que deverá sofrer um tratamento educacional que traduzirá toda a sua realidade.

Outro aspecto preliminar a ser levantado é o caráter interdisciplinar da tecnologia educacional. Sem isto, a afirmação de ser ela inserida no âmbito da educação poderia dar a entender que somente os especialistas em educação e os docentes para isto preparados deveriam constituir os recursos humanos para conduzi-la. Concebendo-se o assunto como de natureza interdisciplinar, está-se afirmando que, ao lado dos pedagogos, estarão também os comunicadores, os técnicos em equipamentos, os analistas de sistemas, os psicólogos etc., sem por isso perderem as características básicas das respectivas profissões.

As principais concepções sobre a tecnologia educacional podem ser grupadas em três grandes tendências.

A primeira, a mais difundida, se concentra nos equipamentos que podem ser utilizados pelos professores: o livro-texto, o quadro-negro e toda sorte de auxílios audiovisuais disponíveis, ou seja, a aplicação sistemática em educação da teoria da comunicação, da psicologia da percepção, da cibernética etc., bem como os meios de ensino em massa na educação.

Para a segunda tendência, tecnologia educacional é "uma forma sistemática de planejar, implantar e avaliar o processo total de aprendizagem e de instrução em termos objetivos e específicos, baseados nas pesquisas sobre aprendizagem humana e comunicação, congregando recursos humanos e materiais, de maneira a tornar a instrução mais efetiva". Os que integram esta segunda tendência desenfatizam o "meio", focalizando principalmente o processo, e assinalam como características básicas a aplicação de conhecimentos científicos à educação, a abordagem sistêmica, a busca da eficiência do processo ensino-aprendizagem e a conjugação de recursos humanos e materiais.

Segundo a terceira tendência, se aceitássemos as duas primeiras, o conceito de tecnologia educacional passaria a abarcar tudo que dissesse respeito à educação, desde seu planejamento até à sua implementação e avaliação. Esta terceira abordagem parte da etmologia da palavra tecnologia, arte aplicada

que põe em prática processos científicos obtidos em outros campos. Nesta concepção, o conceito de tecnologia educacional centra-se no tema da inovação em educação, inovação esta que supõe um processo deliberado, intencional e planificado. Pode-se considerar esta tendência, ainda pouco desenvolvida, como um produto da evolução do conceito, baseada na aplicação das ciências do comportamento, na busca de maior delimitação do âmbito da tecnologia educacional.

Descritas estas tendências, aqui sumariamente expostas, entra a autora no que denomina os desafios da tecnologia educacional. O presente resumo se limitará quase unicamente à relação dos títulos dos problemas discutidos: a) Tecnologia educacional: tecnologia na educação ou tecnologia da educação?; b) Tecnologia educacional: novidade ou inovação?; c) Tecnologia educacional: mecanização ou humanização?; d) Tecnologia educacional: reforçadora da dependência cultural ou elemento potenciador da autonomia cultural?

Neste último tópico a autora salienta que podem ser distinguidas três formas da tecnologia educacional em sua aplicação a países em desenvolvimento. Em relação ao Brasil, cabe transcrever o seguinte parágrafo:

"Para que a tecnologia educacional seja um instrumento de busca da relevância é necessário que continuamente se coloquem questões relativas ao *para quem,* ao *para que* e ao *porquê* de sua contribuição à análise e solução dos problemas educacionais de nosso país."

A bibliografia final apresentada compreende 11 referências.

O.M.

Cavalcante, Joseneide Franklin & Guimarães, Maria Tereza Albuquerque. A influência do cursinho no desempenho do exame vestibular. *Educ. em Debate,* Fortaleza, *2* (2): 68-81, 1979.

O surgimento dos cursinhos nos últimos 10 anos representa, sem dúvida, uma anomalia no sistema de ensino brasileiro. Transformados em meras agências de treinamento para os exames vestibulares, a atividade dos cursinhos é fortemente limitativa, deixando à margem as demais funções que deveriam ser cumpridas pelas escolas a nível do 2º grau.

As diretrizes legislativas do país sobre vestibular determinam a "utilização de mecanismos de aferição que assegurem (. . .) e comprovem um mínimo de conhecimento a nível de 2º grau . . . (Dec.-lei nº 79.293/77)". Objetivando o cumprimento desses dispositivos, a Universidade Federal do Ceará (UFC), através da Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV), tem desenvolvido trabalho no sentido de aumentar o grau de eficiência das provas dos exames vestibulares, elaborando quesitos tecnicamente capazes de aferir níveis de aprendizagem mais complexos e, conseqüentemente, diminuindo a probabilidade de acerto casuais, por memorização, eliminação de respostas etc.

Muito se tem discutido sobre as conseqüências da atuação dos cursinhos no ensino do 2º grau e no exame vestibular; entretanto, raras têm sido as iniciativas de estudar formalmente o problema. Numa tentativa de testar se o cursinho tem ou não efeito positivo sobre a classificação no vestibular, selecionamos uma amostra de 25% dos Questionários Sócio-econômicos aplicados pela CCV no 1º concurso vestibular da UFC, em 1977, num total de 1.240 observações, sendo 665 homens e 575 mulheres. Na análise preliminar, constatou-se correlações negativas e significativas (no nível de 5%) entre as variáveis "fez cursinho" e "passou" no vestibular, tanto para homens como para mulheres. No entanto, isto não é prova satisfatória de que o cursinho tenha influência negativa sobre o aluno no seu desempenho no exame vestibular, considerando-se a necessidade de que outras variáveis sejam estudadas simultaneamente. Para tal, foi feita uma regressão onde foram controladas as seguintes variáveis: idade, repetência no 2º grau, cursinho, tentativas de exame vestibular, número de pessoas com que divide o quarto, leitura de jornal, curso de língua estrangeira, escolha do espanhol – para o aluno; e nível de instrução do pai e da mãe, renda do pai e da mãe, tipo de casa, leitura de jornal pelo pai e pela mãe – para a família.

O resultado da regressão confirmou a hipótese de que o cursinho não tem efeito positivo sobre a probabilidade de o aluno se classificar no exame vestibular, sendo que, para as mulheres, o efeito foi negativo e significante, enquanto que para os homens, foi negativo mas insignificante.

Nota: O presente resumo é a simples reprodução do sumário que encabeça o artigo na revista.

O.M.

Fong Mercado, Guadalupe. El proceso de ensenãnza aprendizage. *Pedag. para el Adiestram.* México, *9* (34): 23-30, ene./mar. 1979.

A palavra instrução se aplica geralmente às atividades dos professores para conduzir a aprendizagem dos alunos. As empresas que se dedicam à capacitação e ao adestramento de seus empregados concebem a instrução como o trabalho educativo que lhes propicia o domínio de suas tarefas: é o período em que se processa o ensino-aprendizagem, que resulta na modificação da conduta do indivíduo quanto às suas manifestações intelectuais, afetivas e motoras.

Nota a autora que a aprendizagem está presente em todos os aspectos da vida do homem e que no ensino o instrutor seleciona o conteúdo daquilo que deve ser aprendido e realiza as atividades necessárias a este fim. Estas são fundamentalmente a motivação, a informação, o exercício, a síntese e a avaliação.

A forma mais adequada para estimular a motivação no início do curso consiste em apresentar um tema de trabalho relacionado com o assunto a estudar; definir os objetivos com a participação do grupo; focalizar o interesse e a atenção sobre esses objetivos; e discutir o conteúdo do curso em relação aos interesses dos participantes.

As informações devem ser apresentadas logicamente, ligando-se as partes ao todo para facilitar sua compreensão.

Os exercícios têm grande importância pelo relacionamento da teoria com a prática e proporciona aos estudantes a oportunidade de resolver muitas questões, não a partir das informações recebidas, mas pela experiência própria.

A síntese serve para dar uma estrutura única ao que foi aprendido e a consolidar os conceitos adquiridos.

As avaliações devem ser freqüentes para verificação do que foi parcialmente adquirido, para reforço dos assuntos mal apreendidos e para constatação do sucesso final alcançado.

A autora finaliza analisando o papel importante do instrutor e com um resumo dos tópicos mais importantes do artigo.

O.M.

Kerr, Stephen T. Change in education and the future role of the educational communication consultant. *Educ. Commun. and Technol.*, Washington, D.C. *26* (2): 153-64, Summer 1978.

Propõe-se o artigo a recapitular os estudos realizados sobre as alterações introduzidas nos métodos de educação através de comunicações técnicas, bem como a sugerir o papel que nelas deve desempenhar o consultante de comunicações educacionais. A muitos pareceria evidente que o conhecimento por meio de leituras sobre novos métodos de ensino mais eficientes seria o bastante para que estes fossem postos em prática.

Por vezes isto de fato acontece (sobretudo nas *open-space schools*), porém a crescente especialização e o isolamento entre professores de diferentes disciplinas fazem com que estes freqüentemente deixem de tomar conhecimento dos trabalhos publicados sobre o assunto ou a eles se mostrem indiferentes.

Daí a importância do consultor de comunicações educacionais, desde que estes, conscientes do problema, se dediquem com maior ênfase a obter uma interação entre os professores, da qual possa resultar um conhecimento mais detalhado dos novos métodos recomendados; para obterem tais resultados, devem ainda estudar melhor as características das escolas, de sua administração, de seus programas e de suas relações com a comunidade.

Recomendam-se ainda novas pesquisas para uma compreensão mais aprofundada do problema.

Nota: A revista que publica o artigo acima resumido representa a continuação de uma outra, anteriormente denominada *A V. Communication Revue.*

O artigo compreende uma bibliografia contendo 55 referências.

O.M.

Peslouan, Dominique de. Pédagogie institutionnelle et mouvement des idées pédagogiques. *Educ. et Dévelop.* Paris, *17* (138): 39-49, jan. 1980.

Em editorial publicado no número 137 da revista, menciona-se que a autora consagrou uma tese de doutorado ao problema das pedagogias institucionais,

permitindo que dela fossem extraídos três artigos para publicação. O primeiro tratou da orientação psicoterápica em psicologia institucional, o segundo é o que vem aqui resumido. (Por algum motivo não indicado, o nº 139 não inclui o terceiro artigo que deverá completar a série.)

A corrente "psicossociológica" da pedagogia institucional pode ser definida pela simples referência à sociologia e à psicossociologia, mas na história das idéias pedagógicas certos pontos focais podem indicar as principais influências que atuaram sobre esta corrente: a de Rousseau só é reivindicada por alguns psicossociólogos; a da "nova educação" mostra-se bastante discreta, enquanto que a de Freinet aparece como determinante.

A fraca influência de Rousseau apresenta dois temas, dos quais o primeiro se refere à dependência do homem em relação às coisas, isto é, à natureza, e o segundo à sua dependência em relação aos homens, isto é, à sociedade.

A influência trazida, na primeira metade deste século, na Europa Ocidental e nos EUA, representa uma novidade pelo fato de se opor a uma educação baseada tradicionalmente no "saber", mediante métodos que mais se assemelhavam a um adestramento que à educação. Sua contribuição ao movimento institucional pode ser caracterizado a partir do tema central de uma "educação funcional". Segundo Claparède, "a verdadeira pedagogia consiste em não exercer uma influência sobre a criança senão na medida em que esta nela precebe uma necessidade natural".

Se as contribuições precedentes eram teóricas e indiretas, a de Freinet determina diretamente a prática da classe institucionalizada através dos princípios e das técnicas essenciais à Escola Moderna.

É uma escola liberada do escolasticismo, por ele definido como: "... silêncio, frieza neutra das lições e deveres, supressão sistemática de todos os contatos com o meio natural da vida e da família, silêncio, ordem mecanizada."

Em vários subcapítulos Freinet caracteriza os métodos por ele aconselhados como uma escola do desenvolvimento da criança, uma escola libertadora, uma escola do povo ...

Seria impossível, num curto resumo como o presente, mesmo uma breve referência a todos os aspectos detalhadamente abordados pela autora,

cujo trabalho compreende citações, em notas de rodapé, e uma bibliografia que inclui 18 referências a livros de diversos autores.

O.M.

Ravise-Groisman, Geneviève & Pineau-Lazennec, Dominique. Un débat: les classes ouverts. *Éduc. et Dévelop.*, Paris, (130): 32-6, jan. 1979.

Que são as "classes abertas"? Uma nova técnica pedagógica? Um reboco superficial da escola de Jules Fleury? Uma panacéia?

Para estudar o assunto foi proposta em 1976 a criação de uma comissão na 3ª circunscrição maternal de Seine Saint Denis, reorganizada em 1978, que se reunia de dois em dois meses durante o período letivo e mantinha correspondência com grupos de outros departamentos franceses. Os estudos se concentravam sobre a organização material da escola, sua administração, o comportamento do indivíduo em grupo e suas dificuldades nas escolas abertas.

Mas por que resolver um belo dia abrir as portas entre as salas de aulas, criar locais especializados, deixar os alunos escolherem suas atividades e professores? Muitas respostas foram dadas para justificar o procedimento. "Eu desejava romper o isolamento entre as classes . . ." "Trabalhar só me parecia levar a uma estagnação pedagógica." "As relações com outros adultos me proporcionavam novas perspectivas para lidar com os estudantes."

Encarando-se o problema do ponto de vista do aluno, os benefícios observados consistiam em maior autonomia em relação aos adultos e ao espaço letivo; a criança numa classe aberta tem a possibilidade de progredir segundo seu próprio ritmo e beneficiar-se de certas atividades em pequenos grupos; os tímidos adquiriram maiores iniciativas; as crianças-problema tinham suas dificuldades atenuadas pelo fato de poderem escolher seus professores. Foi observado menor número de reações agressivas que as que ocorrem numa sala fechada contendo sempre o mesmo grupo de estudantes.

O artigo contém muitos detalhes sobre os procedimentos adotados, que não caberiam num curto resumo como o presente. De qualquer modo, cabe alertar que as escolas brasileiras não devem "copiar" as iniciativas e atividades das escolas francesas; entretanto, uma reflexão sobre o assunto pode levar a uma adaptação dos atuais procedimentos lá adotados, muito provavelmente de grande utilidade em nosso meio.

O.M.

Saldanha, Artur de Mattos. Estado atual da psicologia no Brasil. *Arq. bras. Psic.* Rio de Janeiro, *32* (1): 5-12, jan./mar. 1980.

Quase todo o numero da revista é dedicado ao II Encontro Nacional de Psicólogos, contendo artigos diversos pelos professores Franco Seminério, Miguel Chaloub, Ruy de Matos, Monique Augras, Dina Frutuoso, Regina Lemgruber, Maria Lúcia Novais, Berenice Moreira, José A. Dela Coleta, Albino Bairral Filho, Jairo Andrade, Aroldo Rodrigues, Marcos Freire, Irene de Sá Earpe e outros, Enza Bonamigs, Dinah de Souza Campos, Neyde Issac, Francisco Campos, Maria Helena Novais, Maria Luiza Larqué, Francisco Aguiar e outros, Ana Maria Genescá, Inácio Stopffel, Fany Tchaicovsky e Octavio Martins, Ruth Galper, Maria Vors, Paulo Rosas, Maria A. Del Barrio, José Luiz Hesketth e outros, José Valentim, Maria Lúcia Mendes, Maria Regina da Silva, Ruth Torres e outros, Ana Maria Iencarelli, Rogério Buys, Fernando Amaral e outros, Lívia Maria Rocha, Madalena Tavares, Liette Franchi, Elza Caloba, Ilza Pinto, Cláudio Cavas, Eva Nick, Maria Helena Moreira, Léa Fagundes, Antonio Battro, Antonio Gomes Penna, Maria Alice D'Amorim, Yone Caldas, Maria Regina da Silva, Wilson Moura, Regina Vasconcelos, Jacob Goldberg e Sérgio Monteiro. Esta longa lista, em que vários autores apresentaram mais de uma contribuição, foi reproduzida para informar ao leitor a riqueza de assuntos que podem ser encontrados na revista.

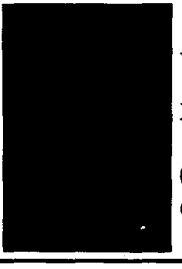
Para resumo, foi escolhido o editorial introdutório, que dá um panorama geral do encontro de psicólogos. Depois de agradecer o convite para participar da reunião e de fazer o elogio dos demais participantes, salienta que o CFP (Conselho Federal de Psicologia) fixou em 15 de janeiro e 20 de dezembro as datas iniciais e finais das comemorações, representando a primeira data a regulamentação da lei que oficializou no Brasil a profissão de psicólogo e a segunda aquela em que Wundt oficializou a criação da cadeira de psicologia como ciência autônoma. Enumera o número dos psicólogos inscritos nas diversas regiões dos conselhos regionais de psicologia num levantamento feito em 75. Na primeira (Brasília, Goiás e Norte do Brasil), com 550 psicólogos inscritos; na segunda (Nordeste), com 970; na Bahia e Sergipe, com grande número de inscritos; na quarta (Minas e Espírito Santo), com 870; na quinta, sediada no Rio, com 1.325; na sexta (São Paulo), com 4.130; e finalmente na sétima (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), com 830. Trata do aumento progressivo dos inscritos nos conselhos regionais de psicologia desde a época citada e, em resposta a um aparte, declara desconhecer qualquer tentativa do governo quanto à diminuição de

matérias incluídas nos currículos de psicologia, mas que tais currículos devem ser adaptados de modo a se tornarem condizentes com a realidade atual da psicologia como ciência e como profissão, atendendo-se também às peculiaridades locais ou regionais.

Vários outros assuntos são abordados neste estudo sobre o estado atual da psicologia no Brasil.

O.M.

Saiu o 1.º volume da Série Educação



Veja e compre nas livrarias da FGV: Rio - Pr. de Botafogo, 188 e Av. Graça Aranha, 26 - lojas C e H; São Paulo - Av. Nove de Julho, 2029; Brasília - CLs. 104, Bloco A, loja 37.

(Trabalhos do Instituto de Estudos Avançados em Educação)